



CARTA EXTERNA – GEADM/DIOPF – 2024/067 Brasília, 26 de agosto de 2024

Ao

Sr. Guilherme Vinicius e Castro Silva da Silveira
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos

Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE PONTOS RELATIVOS À COMPROVAÇÃO DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS E METODOLOGIA DE DESCONTO PARA SELEÇÃO DE PROPOSTA – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 90022/2024.

Senhor Pregoeiro,

1. Em atenção ao edital que trata do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 90022/2024 para "*Contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional*", venho solicitar esclarecimentos a respeito dos pontos de seguem:

CONTEXTO

2. A BRBCARD é uma administradora e processadora de transações de meios de pagamentos, que presta serviço de gerenciamento, administração, emissão, distribuição e fornecimento de cartões magnéticos, equipados com microprocessador com *chip* eletrônico de segurança, para produtos pré e pós-pagos, conforme escopo delineado no artigo 4º do seu Estatuto Social.

3. Para a operacionalização do **BRB Benefícios**, que é o cartão pré-pago de prateleira que a empresa pretende ofertar, elucidado que se trata de um produto pertencente ao **arranjo aberto** de meios de pagamento, sendo bandeirado Master Card.





CARTA EXTERNA – GEADM/DIOPF – 2024/067 Brasília, 26 de agosto de 2024

4. Nesse cenário, ressaltar algumas diferenças de gestão da rede de estabelecimentos credenciados entre empresas atuantes nos arranjos de pagamento aberto e fechado.

5. As empresas tradicionais de benefícios alimentação e refeição geralmente controlam diretamente toda a sua operação, ou seja, operam como arranjos de pagamento fechados. Elas emitem o plástico sob a sua própria marca, como um cartão pré-pago. Nesse caso, a empresa precisa construir uma rede credenciada gerida por ela, para garantir a aceitabilidade do seu cartão.

6. No entanto, com o advento da fiscalização e regulamentação do arranjo de pagamentos pelo Bacen, as empresas que ingressaram nesse mercado utilizando-se da infraestrutura das bandeiras deveriam viabilizar a aceitabilidade e a utilização dos benefícios de forma extremamente ampla.

7. Isso significa que no arranjo de pagamento aberto **não é necessário que a empresa emissora credencie estabelecimentos comerciais**, pois as próprias bandeiras garantem o processamento e a autorização das transações na plataforma de crédito do sistema de cartões, diferente do que ocorre com outros players do mercado, tais como Sodexo, Alelo e Ticket.

8. Esse assunto ainda não é de conhecimento de todo o mercado e ganhou importância porque o Decreto n.º 10.854/2021 e a Lei n.º 14.442/2022 preveem a existência dos dois arranjos no setor de fornecimento de benefícios e obriga as empresas que atuam com arranjo fechado a compartilharem suas redes credenciadas com o arranjo aberto, na chamada interoperabilidade.

9. Reforço ainda que por meio do arranjo aberto é possível realizar o gerenciamento do benefício disponibilizado aos colaboradores da CONTRATANTE, com a segregação dos saldos entre alimentação e refeição, garantindo que os critérios para uso do benefício sejam respeitados com as respectivas classificações de *Merchant Category Code* (MCC), desde que o estabelecimento esteja com o POS registrado adequadamente, conforme código MCC similar ao serviço prestado, para autorização de transações relativas ao convênio-refeição e ao convênio-alimentação.





CARTA EXTERNA – GEADM/DIOPF – 2024/067 Brasília, 26 de agosto de 2024

9.1 O MCC é um código de 4 dígitos utilizado para classificar os negócios de acordo com o tipo de ramo de atividade, tal qual o Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

9.2 A identificação desse código permite a aceitabilidade dos cartões apenas nos por estabelecimentos compatíveis com o cartão utilizado, resguardando o objetivo principal do PAT, que é promover a saúde nutricional do trabalhador, **independente de credenciamento prévio**.

ASPECTOS LEGAIS

10. A lei 14.442/2022 dispõe sobre as formas de pagamento de auxílio-alimentação, por parte do empregador ao seu empregado, estabelecendo critérios para a contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de facilitador para aquisição de gêneros alimentícios.

11. No art. 3º da referida lei, é apontado que:

"Art. 3º O empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o art. 2º desta Lei, não poderá exigir ou receber:

I - qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado;

II - prazos de repasse ou pagamento que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos empregados;"

12. Observei que, sobre os prazos de repasse/pagamento, a Prefeitura estabeleceu, no termo de referência do certame ora em análise, a ordem cronológica do rito de repasse/pagamento dos numerários a serem disponibilizados nos cartões, obedecendo ao cenário pré-pago exigido pela natureza do serviço.

13. No que tange ao seguimento do inciso I supramencionado, informo que, na forma como foi escrito o critério de julgamento do certame, sendo considerado "*Maior desconto por item*", gerou um entendimento dúbio em relação ao que seria o "*maior desconto*", não estando claro se haverá ou não a aceitação de taxas de administração negativas.





CARTA EXTERNA – GEADM/DIOPF – 2024/067 Brasília, 26 de agosto de 2024

QUESTIONAMENTOS

14. Ante as observações, questiono:

- a) A exigência de comprovação do quantitativo de estabelecimentos credenciados se aplica às empresas pertencentes ao arranjo de pagamento aberto?
- b) No cenário em que a exigência de apresentação da lista de estabelecimentos credenciados se aplique, como a empresa atuante no arranjo de pagamento aberto poderá apresentar tal lista, considerando tratar-se de informação confidencial, sujeita as regras da Lei Geral de Proteção de Dados?
- c) Sobre o critério de julgamento por "*Maior desconto por item*", pode-se concluir que o conceito se aplica à oferta mais econômica, a partir da referência de 5% (cinco por cento) de taxa de administração, limitada a 0% (zero por cento), já que a Lei do PAT veda a oferta de deságios/descontos (taxa negativa) para a prestação dos serviços?

15. Agradeço a oportunidade e permaneço no aguardo dos esclarecimentos solicitados.

Atenciosamente,

Brasília – DF, 26 de agosto de 2024.

Pedro Henrique Amorim Duarte
Analista de Administração, Compras e Contratos
Gerência de Administração e Pagadoria





RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

REQUERENTE: CARTAO BRB S/A - CNPJ: 01.984.199/0001-00

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90022/2024 -
PROCESSO Nº 14.202/2023

Em resposta ao questionamento apresentado, esclarecemos o seguinte:

14. Ante as observações, questiono:

a) A exigência de comprovação do quantitativo de estabelecimentos credenciados se aplica às empresas pertencentes ao arranjo de pagamento aberto?

R: Em resposta à pergunta sobre a exigência de comprovação do quantitativo de estabelecimentos credenciados para empresas pertencentes ao arranjo de pagamento aberto, é importante destacar que a limitação geográfica é um requisito essencial na contratação. Para atender a essa necessidade, um arranjo fechado poderia ser mais adequado, pois oferece maior controle sobre onde o cartão pode ser utilizado, geralmente restringindo o uso a uma rede específica de estabelecimentos em uma área delimitada.

No entanto, no caso de um arranjo aberto, a limitação do uso do cartão ao perímetro territorial de uma cidade, como o Município de Saquarema, não é uma prática comum. Se for possível implementar tal restrição, ela deverá estar em conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

Especificamente, o art. 1º, § 5º, da Lei nº 1.740, de 25 de outubro de 2018, determina que o cartão alimentação somente poderá ser utilizado pelo servidor público municipal nos limites do Município de Saquarema. Além disso, o Termo de Referência estabelece:

11.18. Com base no art. 1º, § 5º da Lei Municipal nº 1.740, de 25 de outubro de 2018, a contratada deverá dispor de um SISTEMA que limite a utilização do cartão alimentação aos estabelecimentos comerciais situados no Município de Saquarema.

11.19. A eficácia do sistema será avaliada ao longo da execução contratual, e qualquer falha na restrição do uso do benefício dentro do perímetro territorial do Município de Saquarema resultará no descumprimento da obrigação contratual.

Portanto, enquanto a comprovação do quantitativo de estabelecimentos credenciados é relevante, a implementação e eficácia de um sistema que respeite as limitações geográficas exigidas pelo contrato é igualmente crucial, especialmente em um arranjo de pagamento aberto.

b) No cenário em que a exigência de apresentação da lista de estabelecimentos credenciados se aplique, como a empresa atuante no arranjo de pagamento aberto



poderá apresentar tal lista, considerando tratar-se de informação confidencial, sujeita às regras da Lei Geral de Proteção de Dados?

R: A apresentação da lista de estabelecimentos credenciados é necessária, pois a contratada deve fornecer e garantir, ao longo da vigência contratual, uma rede credenciada composta por no mínimo 50 (cinquenta) estabelecimentos comerciais situados no Município, conforme especificado no item 11.13 do Termo de Referência. Essa exigência visa assegurar a comprovação e a fiscalização dos requisitos contratuais, garantindo que o serviço prestado atenda às necessidades e expectativas do contratante.

c) Sobre o critério de julgamento por “Maior desconto por item”, pode-se concluir que o conceito se aplica à oferta mais econômica, a partir da referência de 5% (cinco por cento) de taxa de administração, limitada a 0% (zero por cento), já que a Lei do PAT veda a oferta de deságios/descontos (taxa negativa) para a prestação dos serviços?

R: O critério de julgamento por “Maior desconto por item” será aplicado considerando a oferta mais econômica, com base na Taxa Máxima de Administração, estabelecida em 5% (cinco por cento), que a administração está disposta a pagar, limitada a 0% (zero por cento). A Lei do Programa de Alimentação do Trabalhador veda a oferta de deságios/descontos que resultem em uma taxa negativa para a prestação dos serviços. Portanto, não será aceita qualquer proposta que apresente taxa negativa.

Saquarema, 27 de agosto de 2024.



Hailson Alves Ramalho
Secretaria Municipal de Administração,
Receita e Tributação